



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR
ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

CURSO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ANO LECTIVO	2010/2011
--------------	-----------------------	--------------------	-----------

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular	Direito Político		
Área Científica	Direito		
Classificação curricular	OBRIGATÓRIA	Ano / Semestre	1ºano/2ºsem

Créditos ECTS	Horas de trabalho do aluno	Carga horária das sessões de ensino	
		Natureza Colectiva (NC)	Orientação Tutorial (OT)
5	135	45 TP	15 OT

DOCENTES		CATEGORIA
Responsável	Fernando Larcher	Prof.Adjunto
Teóricas		
Teórico-Práticas	Fernando Larcher	Prof.Adjunto
Práticas		
Prático-Laboratorial		

OBJECTIVOS

A cadeira tem por finalidade dar aos alunos dum Curso de Administração Pública os conceitos fundamentais sobre o Estado e o Direito Constitucional, sendo particularmente orientada para a actual experiência constitucional portuguesa

PROGRAMA PREVISTO

DIREITO POLÍTICO

PROGRAMA

TÍTULO I

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

§ 1º. Direito Político, Direito Constitucional
Conceitos, Ciências Afins e Ramos

1. O Direito Político e o Direito Constitucional
2. Ciência Política e Direito Político
3. As Ciências Afins do Direito Político

- Ciências não normativas: a Ciência Política, a Sociologia Política, a História das Ideias Políticas, a

Filosofia Política

- Ciências normativas: a Teoria Geral do Direito Público, a Teoria Geral do Estado

4. O Direito Político Geral e os Direitos Políticos Particulares

5. As Ciências Auxiliares do Direito Político e do Direito Constitucional: Direito Constitucional Comparado, História do Direito Constitucional e Sociologia do Direito Constitucional

TÍTULO II

O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO

A Constituição como Materialização da Ordem do Estado

SUBTÍTULO I. Noção de Estado

Introdução.

O termo Estado. A sua consagração por Maquiavel

Acepções de Estado

- Estado como pessoa de Direito Internacional
- Estado como pessoa de Direito Constitucional
- Estado como pessoa de Direito Administrativo
- outras acepções de Estado

a) Os Elementos constitutivos do Estado

1. A População

- a Nação
- as relações entre o Estado e a Nação
 - nações repartidas por vários Estados
 - Estados plurinacionais
- o Povo
 - conceito de povo
 - Nacionalidade e Cidadania
 - critérios de atribuição da nacionalidade
 - *jus soli* e *jus sanguinis*
 - aquisição originária e aquisição por naturalização
 - cidadania plena, semi-cidadania e não cidadania
 - o art.4º da CRP
 - cidadania activa e cidadania passiva
 - a privação da cidadania; seus limites
 - arts.19º, nº6 e 26º, nº4
 - o povo como titular do poder que exerce basicamente por via do sufrágio
 - art.10º da CRP
 - regime jurídico dos estrangeiros, apátridas e cidadãos europeus
 - o art.15º da CRP

2. O Território

- o Estado como fenómeno essencialmente territorial
- os elementos integrantes do território:
 - território terrestre
 - território aéreo
 - território marítimo; as questões da zona contígua (o seu limite de 12 milhas; a Convenção de Genebra de 29 de Abril de 1958), da zona económica exclusiva (III Conferência do Direito do Mar em 1973) e da plataforma continental ou submarina (Convenção de Genebra de 29 de Abril de 1958)
- as formas de alteração territorial
- a relevância jurídico-política do território
 - condição de independência nacional
 - delimitação do âmbito do poder soberano do Estado

- meio de actuação jurídico-política do Estado
 - os arts.5º e 84º da CRP
3. O Poder Político
- A Soberania

Os Sistemas de Soberania

- A Soberania de Direito Divino
- Os Sistemas de Soberania Contemporâneos
 - Soberania nacional. John Locke e Montesquieu
 - Soberania popular. J.J.Rousseau

Os Modos de Exercício da Soberania

- Soberania representativa
- Soberania directa
- Soberania semi-directa
 - os seus mecanismos
 - iniciativa popular
 - consulta dos cidadãos por *referendum*

b) As Formas do Estado

1. Estados unitários

- Estado centralizado
- Estado descentralizado
 - Estado regional integral ou parcial
 - Estado homogéneo ou heterogéneo
- o regime autónómico insular e a forma do Estado português
 - art.6º da CRP
 - art.288º o) da CRP

2. Estados compostos

- a União real
- o Estado federal
 - Estados federais naturais e artificiais
 - Estados federais perfeitos e imperfeitos
 - Estados federais igualitários e não igualitários

3. Alianças de Estados

- a Confederação
- as Associações de Estados
 - a união pessoal
 - as alianças
 - alianças militares
 - alianças monetárias
 - alianças económicas

c) As Funções do Estado

1. Função política
2. Função legislativa
3. Função jurisdicional
4. Função administrativa

SUBTÍTULO II. Noção de Constituição

1. Noção preliminar. Constituição em sentido instrumental

2. As Grandes Noções Históricas da Constituição
- A Constituição na Antiguidade Clássica
 - A Constituição Medieval
 - A Constituição Contemporânea
3. As Etapas da Formação Histórica da Constituição Contemporânea
- § 1º Anteriores às Revoluções Clássicas
- Althusius e o *De Legibus* de Francisco Suarez
 - As *Fundamental Orders of Connecticut* (1639) enunciando os princípios duma Constituição completa
 - O *Agreement of the People* elaborado pelo Conselho militar de Cromwell (1647)
 - A Ideia de Constituição na Escola do Direito Natural
 - J.J.Rousseau
 - As Cartas das Colónias inglesas da América
- § 2º Desde as Revoluções Clássicas
- As Constituições dos Estados Unidos
 - A Noção de Constituição na Assembleia Constituinte de 1789
 - A Constituição como lei em que se exprime a vontade do soberano
4. Classificação das Constituições
- 4.1. Quanto à sua Natureza
- Constituição em sentido material
 - Constituição em sentido formal
 - Constituição formal primária
 - Normas constitucionais complementares; o mecanismo da *recepção*
- 4.2. Quanto às Fontes
- Constituição escrita e consuetudinária
5. Constitucionalização e desconstitucionalização
6. Referência preliminar ao conteúdo das Constituições
- As questões fulcrais:
 - a parte orgânica: o estatuto do poder político
 - a parte dogmática: o estatuto dos governados; declarações de direitos
 - às quais à que acrescentar crescentemente normas alheias à Organização do Poder Político, que o legislador constituinte considerou necessário ou conveniente incorporar na lei fundamental
- Partes da Constituição portuguesa: Preâmbulo, Parte dogmática, Constituição económica, Constituição orgânica, Garantia da Constituição, Cláusula de Reforma
7. As Fontes do Direito Constitucional

SUBTÍTULO III. Estado, Soberania e Constituição

I. O Estado Moderno, o Poder Político e a Soberania (sécs.XVI-XXI)

1. Estado versus *Respublica Christiana*
2. As Características do Estado *stricto sensu*: a Soberania no conceito de Jean Bodin, como poder absoluto e perpétuo
3. A Evolução do Estado e o Conceito Constitucional *lato sensu*:
Estado Estamental, Estado Absoluto e Estado Constitucional / Leis Fundamentais, Supremacia do Despotismo Esclarecido, Constituição Contemporânea

II. A Constituição perante a Crise do Estado

1. As crescentes limitações à Soberania do Estado e a questão constitucional
2. Constitucionalismo nacional e constitucionalismo global
3. Constitucionalismo estadual e constitucionalismo europeu

TÍTULO III

BREVÍSSIMA RESENHA DA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEA

INTRODUÇÃO

1. Constituição Histórica e Constituição Contemporânea
2. Sistemas constitucionais essencialmente consuetudinários, semi-consuetudinários e subsidiariamente consuetudinários

CAP.I

OS GRANDES CICLOS CONSTITUCIONAIS

1. O Constitucionalismo Clássico
 - o ciclo revolucionário (1776/1789-1814)
 - o ciclo restauracionista (1814-1830)
 - o ciclo liberal (1830-1848)
 - o ciclo democrático (1848-1918)
2. O Constitucionalismo do Séc.XX
 - o constitucionalismo clássico
 - o constitucionalismo corporativo e autoritário
 - o constitucionalismo marxista

CAP.II

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

1. A Inglesa
2. A Americana
3. A Francesa
4. A Espanhola
5. A Brasileira

CAP.III

TRAÇOS DA EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL PORTUGUESA

1. A Constituição Tradicional
 - 1.1. A Constituição histórica anterior às Actas das Cortes de Lamego
 - 1.2. As Actas das Cortes de Lamego reconhecidas como direito fundamental do reino nas Cortes de 1641
2. As Constituições Modernas
 - 2.1. O Constitucionalismo Monárquico
 - 2.1.1. A Constituição de 1822
 - 2.1.2. A Carta Constitucional de 1826
 - 2.1.3. A Constituição de 1838
 - 2.2. O Constitucionalismo Republicano
 - 2.2.1. A Constituição de 1911
 - 2.2.2. A Constituição de 1933
3. O Direito Constitucional Revolucionário e Transitório de 1974 a 1976

- as 35 leis constitucionais publicadas entre o 25 de Abril e 2 de Abril de 1976
- domínios das leis constitucionais:
 - com incidência directas na ordem constitucional
 - relativas à supressão da anterior ordem constitucional
 - relativas à estrutura constitucional provisória
 - relativas à descolonização
 - a lei que confere ao Conselho da Revolução poder legislativo para as necessárias reformas da estrutura da economia portuguesa
 - relativas ao estatuto da Assembleia Constituinte

TÍTULO IV

O PODER CONSTITUINTE

SUBTÍTULO I

Noção e Natureza de Poder Constituinte

1. Conceito de Poder Constituinte
2. Poder Constituinte *lato sensu* e *stricto sensu* (acepção adoptada)
3. Teoria do Poder Constituinte
4. Características do Poder Constituinte:
 - inicial
 - autónomo
 - omnipresente
 - distinção entre poder constituinte formal, omnipresente, e poder constituinte material
5. Os limites matérias do poder constituinte
6. A Titularidade do Poder Constituinte; Associação da titularidade do poder constituinte à titularidade da soberania
 - teorias de direito divino
 - teorias contratualistas
 - teorias monocráticas do despotismo iluminado
 - teorias do fim da época moderna e da época contemporânea
 - teorias da soberania nacional
 - teoria da soberania nacional
 - teoria da soberania do Estado
 - teorias marxistas

SUBTÍTULO II

O Poder Constituinte Originário

§ 1º O Exercício do Poder Constituinte Originário

1. Os momentos do poder constituinte originário
 - o poder constituinte inicial
 - formação do Estado
 - restauração do Estado
 - o poder constituinte posterior
 - transformação do Estado; revoluções, mudanças de regime
2. Heteroconstituições e constituições impostas
3. Formas de exercício do Poder Constituinte:

- quanto à forma de exercício
 - monocrático
 - democrático
 - ditatorial
- Constituições, Cartas Constitucionais e Constituições Pactícias

- quanto ao conteúdo
 - democrático
 - ditatorial

3. O processo de elaboração da Constituição

- iniciativa
- elaboração
- aprovação
 - promulgação
 - publicação

§ 2º Limites Materiais do Poder Constituinte Originário

1. A questão da limitação material do poder constituinte
2. A natureza dos limites materiais ao poder constituinte
 - 2.1. Os limites nos Estados unitários
 - 2.2. Os limites no caso específico dos Estados Federados

§ 3º As Fontes das Normas Constitucionais

1. A fonte escrita
2. A jurisprudência

SUBTÍTULO III

O Poder Constituinte Derivado e a Revisão Constitucional

1. Rupturas Constitucionais e Revisões Constitucionais
2. Constituições Rígidas e Flexíveis
3. Fundamentação Teórica da Limitação do Poder de Revisão
4. O Processo de Revisão
 - Iniciativa
 - Decisão sobre a Iniciativa
 - Elaboração do Novo Texto
 - Adopção Definitiva da Revisão
5. O Estabelecimento dos limites materiais nas Constituições
6. Os Limites da Revisão Constitucional
 - Limites formais
 - Limites quanto ao órgão competente para exercer a iniciativa da revisão
 - Limites quanto ao órgão competente para aprovar as alterações constitucionais
 - Limites quanto às maiorias requeridas para a votação da revisão constitucional
 - Limites temporais
 - Período de revisão ordinária
 - Possibilidade de revisão extraordinária
 - Limites materiais
 - Expressos e Implícitos

